

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

-6 DEZ 1987

Discussão do óbvio

Num país em que a palavra dos políticos nem sempre representa um compromisso definitivo, questiona-se a posição do presidente José Sarney diante da votação do seu mandato pela Assembléia Nacional Constituinte. Depois da vitória do chamado Centrão na reforma do regimento da Constituinte, todas as questões constitucionais estão reabertas à decisão da maioria do plenário, entre elas o mandato do atual Presidente.

A vitória do Centrão trouxe euforia ao Palácio do Planalto e alguns políticos julgaram perceber no próprio Presidente sinais de que pretende lutar pelo mandato de cinco anos a que se propôs no pronunciamento à Nação de maio passado. Os sinais perceptíveis no Presidente seriam uma consequência da euforia que os centristas provocaram no Planalto.

Mas agora o deputado José Sarney Filho, com a autoridade que a ligação e a intimidade da família lhe credenciam, declara que houve um equívoco na análise do comportamento do Presidente. "O Presidente não está interessado em conseguir, na Constituinte, cinco anos para o seu mandato", corrige o filho do Presidente. "Ele acatará o que ela decidir", acrescenta o deputado.

A questão, porém, não se encerra nesse quadro. Pelo contrário, desdobra-o para mais de uma abordagem. Para começar, o Presidente da República, como todo cidadão responsável, possui o direito de buscar na Constituinte apoio para o mandato que se considerar adequado, respeitada, evi-

dentemente, a soberania da Assembléia — na realidade, um risco de ameaça que não é visível no comportamento de ninguém e muito menos do Palácio do Planalto com suas tendências.

Além disso, o deputado Sarney Filho incorreu no óbvio ao assegurar que o Presidente acatará a decisão soberana da Constituinte. Como se disse, não há nenhum sinal no comportamento do Palácio do Planalto que se possa tomar como risco de ameaça à soberania constituinte, mas o que alguém poderá fazer contra uma decisão da Assembléia? Alguém vai tentar um golpe contra a Assembléia Nacional Constituinte?

A simples menção do acatamento das decisões da Constituinte implica a hipótese de insubordinação contra as suas decisões como se isso fosse possível. Implica ainda a dúvida sobre a disposição com que o presidente José Sarney toca o projeto da transição democrática, muitas vezes sem receber a compreensão justa e necessária por parte das lideranças responsáveis de todas as áreas.

Seria bom varrer das declarações dos nossos homens comprometidos com a transição democrática quaisquer referências ao acatamento das decisões da Assembléia. Ela é soberana e dispensa declarações de acatamento à sua soberania. Colocar em dúvida a prevalência de suas decisões é sinal de subdesenvolvimento político ao qual ninguém está autorizado. É uma questão que não se discute. Por ser elementar.

Tudo pelo social

Merece apoio e colocação imediata em prática o projeto proposto pelo ministro Prisco Viana para reduzir em trinta por cento o valor das prestações nos programas oficiais de financiamento de casa própria. Pela nova iniciativa os juros variam de zero a 10,5 por cento, de acordo com a faixa financiada, até o limite de cinco mil Obrigações do Tesouro Nacional. Para valores inferiores a 302 OTNs, pouco mais de 157 mil cruzados, hoje onerados por juros de três por cento, está prevista a isenção de juros.

Eis aí o tipo de medida oportuna e sensata num país onde vastas camadas quase não têm poder aquisitivo, se se considerar que o salário mínimo está abaixo dos sessenta dólares mensais.

Tudo o que se fizer com o objetivo de dar meios ao povo para sair dos mocambos, palafitas, favelas e outras formas condenáveis de moradia, será bem-vindo. Espera-se do Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano, a par das iniciativas ora apresentadas, um projeto capaz de diminuir no País o monstruoso déficit habitacional. Seria uma ação compatível com a apregoada opção do atual governo em favor do social. Não se pode admitir a perpetuação de um quadro tão revoltante como o das submoradias, parte da enorme dívida social contraída por sucessivos governos e que exige pronto resgate, pelo menos parcial, de uma administração que adota o lema tudo pelo social.

LEONARDO MOTA NETO

Covas viabilizou "Centrão"

O grande fator de aglutinação do "Centrão" acabou sendo uma glória episódica, a liderança do senador Mário Covas, que chegou a brilhar com fulgor com o seu histórico discurso de disputa da função de líder, e a posterior formação das subcomissões com relatores de sua confiança, mas que depois entrou no ocaso que compromete não só seu papel político na fase final da Constituinte como a sua própria candidatura à Presidência da República.

A vitória do "Centrão" trouxe alívio não somente para o governo, como para empresários e chefes militares. Eles descobriram agora que o segmento que compõe a esquerda não chega a ter densidade para formar um novo partido. Por isso, o deputado Ulysses Guimarães apenas deverá colocar uma área verde entre ele e a esquerda de seu partido, jamais um muro vermelho. Eles poderão permanecer no PMDB como uma ala resistente e polêmica, mas sem votos. Terão imprensa, mas não farão os projetos passarem.

O projeto atual da Comissão de Sistematização deverá ser preservado em boa parte: apenas cinco ou seis questões essenciais interessam na verdade ao "Centrão" ver removidas. O resto é uma sucessão de princípios, não de matéria capaz de dividir o País. O "Centrão" será generoso na sua vitória: só mexerá naquilo que lhe provoca calafrios.

Desarticulada a esquerda, restaura-se também a possibilidade de os empresários voltarem a apoiar um nome do PMDB. Já

estavam convictos de que o partido tinha a cara de Mário Covas, tal o ruído que chegava à sua área em torno do poder de mobilização exercida pelo senador paulista. Havia notícias, captadas pelo Governo em Brasília — e pelo menos o ministro José Hugo delas tinha conhecimento — de que o próprio Leonel Brizola era mais crível em termos de um apoio do empresariado que o imprevisível (para o sistema capitalista) Covas. O "Centrão" reconstituiu os valores: empresários se voltarão para o PMDB, com Orestes Quércia ou Ulysses Guimarães. Ou para o PFL, com Aureliano Chaves: não apolarão em bloco, todavia, a candidatura de Antônio Ermírio, e vão tentar esquecer Brizola, que existia apenas em função de ser um medo menor que o inspirado por Covas.

Os cinco anos de mandato para o Presidente Sarney poderão ser outra decorrência do novo clima instalado no País pelo "Centrão", saudado pelos empresários como verdadeiro alívio. Sarney terá que ser um Jânio Quadros, que devolveu a São Paulo sua limpeza para ter novamente credibilidade: bater na mesa, mandar prender, e criar fatos em torno de sua autoridade. Não há garantias de que assim faça, pela afabilidade com que deseja conduzir a transição. Só que a inflação não é afável com o bolso dos brasileiros, nem os aumentos sucessivos dos combustíveis, nem a corrupção que campela solta. Não se pode ser afável com os fatores da miséria do povo.

TARCÍSIO HOLANDA

Nitidez ideológica

O aparecimento de uma corrente mais conservadora na Constituinte irritou os setores progressistas de dentro e de fora daquele colegiado. Contudo, trata-se de acontecimento que contribuiu para tornar mais nítido o espectro ideológico. Preocupante, sem dúvida, era o fato de as forças de centro-direita ainda não terem-se articulado para definir suas posições na Assembléia Constituinte.

O deputado Egidio Ferreira Lima, uma das mais importantes expressões da social democracia, acredita que o aparecimento dos conservadores contribui para clarear o quadro ideológico e para a transformação do PMDB em um partido verdadeiramente social-democrata, seu sonho acalentado há tanto tempo.

A significativa parcela de parlamentares do PMDB que aderiram ao Centrão tem uma explicação lógica, para Egidio. Trata-se, em verdade, da desincorporação do antigo Partido Popular, que procurou abrigo na legenda atraente para escapar a um desastre eleitoral em 1982, fugindo ao voto vinculado que o General Figueiredo impôs em represália à derrubada da sublegenda.

A incorporação garantiu a eleição de Tancredo Neves para Governador de Minas Gerais, abrindo caminho à sua escalada ao poder, infelizmente frustrada pela doença e morte. Tancredo Neves entendia que o seu partido não era o de Arraes — e estava certo em buscar o lugar moderado

no contexto do nosso espectro ideológico, segundo o deputado pernambucano.

A iminência da tomada de grandes decisões pela Constituinte precipitou um novo divisor de águas, tornando-se irresistível o confronto entre forças conservadoras e progressistas, dentro e fora do PMDB. Egidio acredita que os simpatizantes do Centro em seu partido não ultrapassem a 130, o que, se verdadeiro, reserva para a fatia social-democrata ainda uns 170 constituintes. A corrente social-democrata do PMDB teria a responsabilidade de comandar o processo de transformações políticas, econômicas, institucionais e sociais, em sua visão.

As forças conservadoras, basicamente políticos da ex-UDN e do velho PDS, foram desbaratadas pela última sucessão presidencial, por força da dissidência do PDS (hoje PFL) com o PMDB para eleger a dupla Tancredo Neves — José Sarney. Essas forças se reaglutinam no Centrão e é legítimo supor que para organizar um novo partido.

A futura legenda contaria com cerca de 120 a 130 constituintes do PMDB, o PFL e parte do PDS. Egidio Ferreira Lima saúda o acontecimento, não apenas porque conferiu mais nitidez ao quadro partidário, como porque permitirá ao PMDB, depurado da centro-direita, desempenhar seu papel de partido de centro-esquerda, verdadeiramente social-democrata.